
Resenhas

GHIGGHI, Gomercindo. *A pedagogia da autoridade a serviço da liberdade: diálogos com Paulo Freire e professores em formação*. Pelotas: Seiva, 2002.¹.

Configurando a ontologia freiriana

O livro apresenta a tese de doutoramento do autor, sonhando-nos, entretanto, parte de sua trajetória individual e um texto histórico-filosófico muito denso que trata sobre as “origens e concepções de autoridade e educação para a liberdade em Freire desde fragmentos históricos: autoritarismo e autoridade e negação e afirmação da liberdade” (parte IV da tese). A tese é, sem dúvida, uma densa análise e um conseqüente e consistente posicionamento político-pedagógico do autor a respeito das direções que tomam a universidade e a pedagogia nos dias atuais. Torna-se apropriado, por conseguinte, procurar resgatar as linhas centrais de sua exposição.

A primeira leitura do texto nos confronta e provoca com vários contrapontos que, de forma invertida, balizam a organização da tese. Em alguns momentos anotei alguns deles. Gomercindo, por exemplo, se coloca

- ⇒ contra o consumismo e a propaganda consumista (p. 37, 46);
- ⇒ contra a lógica delirante do lucro (p. 50),
- ⇒ contra as desigualdades referendadas pelo mercado capitalista (p. 34);
- ⇒ contra a individualização das pessoas na luta por espaços econômicos, políticos, afetivos... (p. 41) e os individualismos como referências para a organização social (p. 51);
- ⇒ contra a predominância dos valores competitivos sobre os que balizam a vida comum ((p. 52);
- ⇒ contra os valores de moda, imediatos, não-duradouros, descartáveis (p.37);

¹ O livro é parte da tese do autor intitulada. “*A pedagogia da autoridade a serviço da liberdade (ou) Escrituras do óbvio por ensaios convocativos à defesa política da autoridade e da educação para a liberdade: diálogos com Paulo Freire e professores em formação – superações teóricas e paradoxos do cotidiano*”, sob orientação do professor Dr. Balduino Antonio Andreola, defendida em dezembro de 2000, em Porto Alegre, junto ao PPGE, Faculdade de Educação, UFRGS.

- ⇒ contra a exclusão, o fanatismo, a intolerância, a discriminação, a negação de referências que possibilitem aos homens pensar as relações que estabelecem e lhes confere uma aparência de inevitabilidade (p. 46);
- ⇒ contra os que defendem a impossibilidade de fundamentar um projeto de sociedade que garanta a emancipação e a felicidade humanas (p. 49);
- ⇒ contra a perda da capacidade de indignação frente as barbaridades da sociedade atual (p. 86).

Contrapontos semelhantes ele estabelece relativamente aos processos acadêmicos, cognitivos e educacionais. Em vários momentos aparece sua *inconformidade*

- ⇒ com as sínteses absolutas (p. 177);
- ⇒ com o ato totalitário de imposição de universais desvinculados de referências históricas (p. 41);
- ⇒ com os modelos cartesianos (p. 35);
- ⇒ com a objetividade estática (p. 69);
- ⇒ com o positivismo (p. 71);
- ⇒ com a postura de coruja de minerva que observa de fora e reflete a posteriori (p. 20);
- ⇒ com o absurdo político, epistemológico e antropológico dos a priori (p. 52);
- ⇒ com as análises mecanicistas, o individualismo metodológico; com as análises que se esgotam nas microrrelações; com a ditadura dos fragmentos (p. 70);
- ⇒ com os que dogmatizam autores de moda e banalizam análises fortemente tensionadoras dos problemas históricos, como Freire, por exemplo (p. 35);
- ⇒ com as desconstruções relativistas e o academicismo (p.16).

Mais diretamente relacionados à educação, alguns contrapontos fortes aparecem quando *combate*

- ⇒ a racionalidade técnico-instrumental em educação; as posturas não-diretivas (p. 73);
- ⇒ a ditadura dos fragmentos como solução dos problemas enfrentados ((p. 41);
- ⇒ os absolutismos dogmáticos e autoritários e os relativismos licenciosos (p. 34);
- ⇒ a construção ortodoxa-autoritária de estratégias para formação e a desconstrução relativista das mesmas (p. 47).

Estes contrapontos explicitados pelo Gomercindo – extraídos quase aleatoriamente do texto – nos dão uma certeza: esta tese não pretende cumprir apenas uma função acadêmica formal. Ela se projeta num campo de

discussões teóricas e políticas que, para ele, antes de passarela para grandes exposições, é um espaço de discussão e definição de estratégias de emancipação humana.

A *educação*, neste sentido, é pensada como *espaço privilegiado para construção da liberdade humana*. Liberdade concebida como possibilidade de superar o determinismo e a fatalidade que são propostos pelas ideologias liberais contemporâneas, como possibilidade de construir o *ser* a partir de situações históricas de privação das formas mais elementares, de formas sociais de *não-ser*: fome, miséria, privação da cultura, do lazer, da afetividade, da escola, da participação na riqueza social, de exclusão das atividades consideradas importantes na constituição da vida em sociedade. Frente a essa negação do ser, Gomercindo – aliando-se a uma corrente de grandes companheiros da esperança, Paulo Freire entre eles – defende a tese de que a escola é um espaço de construção de estratégias que viabilizam a liberdade de vir-a-ser uma sociedade mais humana.

Estabelecido o *élan* central da tese, Gomercindo trata de fundamentar rigorosamente sua perspectiva. A complexidade dos movimentos epistemológicos que realiza é impossível de ser exposta numa resenha sem cair num reducionismo empobrecedor.

A complexidade epistemológica que ele construiu, entretanto, pode se tornar perceptível a partir de sua explícita e radical inserção ontológica. Recompõe refletidamente sua trajetória de vida, suas atividades profissionais, suas experiências administrativas; recupera, como bom historiador da filosofia, as grandes problematizações sobre liberdade, autoridade, autoritarismo, licenciosidade, antropologia, história, mudança e transformação sociais, e, é lógico, discute as concepções pedagógicas que estão em disputa e orientam ou podem orientar as decisões atuais sobre os processos de formação docente e gestão escolar; e, referenciado por este complexo de categorias epistemológicas construídas histórica e teoricamente, vai a campo novamente para discutir com professoras-alunas de dois programas especiais de formação docente sua trajetória de escolarização, sua prática pedagógica e suas proposições de desenvolvimento educacional emancipador. Para o nível de exigência da grande maioria dos programas de doutoramento, cada linha destas seria mais que suficiente para constituir uma tese.

Por que, então, Gomercindo resolve encarar tamanha amplitude de reflexão pedagógica? Aqui sua postura política é decisiva: à ingência dos problemas e das confusões educativas atuais se impõe proporcional **esforço de síntese prática e teórica** do que está posto. Ele abraça essa tarefa numa perspectiva complexa de totalidade. Com larga e bem aproveitada experiência docente e erudição e competência teórica, Gomercindo,

corajosamente se dispôs a dizer sua palavra sobre a sua prática e se expor para abrir um diálogo radical e profundo sobre os direcionamentos que estamos tomando e/ou que precisam ser tomados urgentemente na prática educativa.

Como justificar, em meio a tantas desconstruções modernas, uma tese que defenda autoridade, liberdade, diálogo, ação dialética, emancipação humana e educação popular? Gomercindo, a partir das referências de Martins e Lefèbvre, se dispõe a participar da tarefa de juntar fragmentos de práticas educacionais extraviadas por aí e, com essa bagagem de iniciativas de professores colegas nossos e a partir da densidade ontológica que as constitui, construir projeto pedagógico. A perspectiva histórica em que se coloca é fundamental e ponto de partida sustentado para os enfrentamentos.

Desafia frontalmente, por conseguinte, não algum pedagogo que, traído pela sua alienação, defenda de forma inconsequente a globalização e o liberalismo eufemisticamente denominado *neo*, mas **as grandes teses liberais contemporâneas, justificadoras das formas mais cruéis e desumanas do capital.**

Gomercindo, embasado teoricamente em Marx e Paulo Freire, recoloca em público a teoria do valor naquilo que tem de mais radical: a defesa das pessoas como sujeito do fazer histórico e da arquitetura social; a importância das práticas das pessoas - não dos privilégios burgueses - como parâmetro fundamental da ética e da participação das pessoas na distribuição das riquezas socialmente construídas.

Nesta perspectiva, o mundo educacional não se presta para muro de lamentações, fonte de desejos abscônditos, ou outras panacéias movidas magicamente por boas intenções. Na escola e em outros espaços educativos estão presentes as necessárias **escolhas ético-políticas** a favor do capital ou da emancipação humana, da exclusão marginal ou da inclusão “cidadã”. Não cabe, neste universo complexo, a licenciocidade, o esgueiramento da responsabilidade de posicionamento histórico, político e social.

Mesmo que não consigamos apreender claramente as formas de ser e as possibilidades de uma sociedade mais justa e humana, mesmo que, historicamente, não consigamos apreender cognitivamente a totalidade de relações históricas que fundamentam esse projeto de socialização, há a possibilidade de, nas práticas empíricas das pessoas, pautados evidentemente na concepção de que o importante histórica e socialmente é a atividade humana, explicitar e juntar fragmentos que nos permitam visualizar um outro mundo, um outro modo de ser social. Daí podermos e precisarmos urgentemente juntar os **fragmentos ontológicos** dessa totalidade humana, perceber o diverso em relação aos hegemônicos e totalitários modelos a-históricos e desumanos (cf., por exemplo, p. 82).

Essa, parece-me, ser a primeira grande tese. A outra, segue-se a ela.

Não temos grandes certezas – afirma Gomercindo -, caminhamos na contra-corrente. Racionalmente vislumbramos os rumos necessários a partir do *não-ser*, mas tateamos na definição empírica e histórica das estratégias. Metodologicamente, por conseguinte, precisamos ser rigorosos conosco mesmos e afirmar decididamente a implicação da primeira tese: o novo é mostrado em fragmentos, pelas práticas das pessoas e dos grupos humanos que tensionam os projetos liberais numa perspectiva emancipadora. Esses fragmentos indicam e podem legitimamente trazer consigo uma nova totalidade. Como reuni-los? Pelo **diálogo**, pela vontade política eticamente sustentada de articular as práticas das pessoas, tensioná-las na perspectiva da nova totalidade que historicamente nos é dada por elas e através delas. Isso se faz radicalmente com diálogo, capaz de articular experiências particulares na direção da **transformação social**.

Diálogo e diretividade política, parece-me, tornam-se centrais na definição da interpretação da obra de Freire e da trajetória docente do Gomercindo. Supõe a autoridade como condição de possibilidade de construir a liberdade de *ser humano*.

Textualmente, Ghiggi afirma:

É possível afirmar que, em Freire, a necessária presença da autoridade justifica-se a partir de exigências de projeto pedagógico, substancialmente político, organizador de processos de investigação para a construção do conhecimento e intervenção social, ante a tarefa de fazer dialogar a cultura, a relação estrutural e conjuntural presentes na obra de Freire. (...) Lendo Freire como concepção política e programa de ação, afirmo possibilidades e necessidades de reconstruir os conceitos de liberdade e autoridade a partir do que é fundamental demonstrar diretividade política (p.54).

Esses aspectos basilares fazem da tese de Gomercindo uma sistematização densa dos fundamentos ontológicos de Paulo Freire. A editora Seiva e o autor estão de parabéns pela iniciativa de publicação imediata desta tese.

José Fernando Kieling
Professor da FaE/UFPel